



CADERNO DA
**REFORMA
ADMINISTRATIVA**

29. O Subfinanciamento do Estado Brasileiro e os Processos de Privatização e Financeirização dos Serviços Públicos



FONACATE
Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

Brasília, Dezembro de 2021

Expediente

Autor:

Luiz Alberto Marques Vieira Filho

Auditor Federal de Finanças e Controle, delegado sindical do Unacon Sindical e doutorando em economia (IE-UNICAMP).

Realização:

Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) (Dezembro, 2021)

Diagramação:

Diego Feitosa

As opiniões aqui emitidas são de responsabilidade dos autores e colaboradores.

Apoio:



Servir

Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

Presidente: Deputado Federal Professor Israel Batista (PV-DF)

O Subfinanciamento do Estado Brasileiro e os Processos de Privatização e Financeirização dos Serviços Públicos

Luiz Alberto Marques Vieira Filho¹

Resumo

O objetivo deste capítulo é mostrar que o setor público brasileiro é subfinanciando quando comparado às experiências internacionais com os melhores serviços públicos. As medidas legislativas que buscam reduzir a expansão do gasto público no Brasil partem de uma análise equivocada da dinâmica econômica mundial. O crescimento do gasto público acima da renda é compartilhado por uma grande quantidade

de países, mesmo entre as economias mais dinâmicas, não constituindo uma idiosincrasia brasileira como postulado pelos defensores da Emenda Constitucional 95. Ademais, o subfinanciamento do Estado tem permitido a privatização e financeirização desses serviços públicos que a Constituição Federal estabelece com direitos do cidadão, com um processo de oligopolização em progresso.

¹ “As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor, não expressando necessariamente a opinião da Secretaria do Tesouro Nacional”

Sumário

1. Introdução.....	5
2. Aumento dos Gastos Públicos: uma jabuticaba brasileira?	5
3. O Subfinanciamento do Estado no Brasil.....	12
4. A Privatização e a Financeirização dos Serviços Públicos.	17
5. Considerações Finais.....	23
Referências	24



1. Introdução.

O debate público sobre economia no Brasil tem apontado a “gastança” do Governo Federal como a causa principal da crise econômica vivida pelo país desde 2015, da qual até hoje não se recuperou. Grande mídia, economistas liberais, alguns desenvolvimentistas e o senso comum defendem que a expansão dos gastos públicos é a origem desta crise.

Esse diagnóstico deu origem à Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os gastos públicos em termos reais por 20 anos, uma regra draconiana sem paralelos no mundo e em desarmonia com a nova geração de regras fiscais defendidas inclusive por órgãos fiscalistas como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nesse contexto, o objetivo deste texto é questionar tal visão, mostrando que a expansão dos gastos públicos em relação ao PIB não é uma exclusividade brasileira, uma vez que ocorreu em países marcados pelo alto dinamismo econômico e por países desenvolvidos com um Estado de Bem-Estar Social plenamente constituído ao longo do Pós-Guerra. Mais grave, as regras fiscais impostas por esse diagnóstico impedem que a sociedade expresse seu desejo de obter serviços públicos de qualidade, os quais, como será aqui demonstrado, estão cronicamente subfinanciados no Brasil.

O subfinanciamento do gasto público no Brasil resulta num amplo processo de privatização de bens e serviços, que a Constituição Federal garante como direito do cidadão e obrigação do Estado, tais como saúde e educação. É possível perceber que, em conjunto, as principais empresas negociadas em bolsa nestes setores já possuem receitas operacionais líquidas substanciais e de magnitudes semelhantes àquelas que o setor público federal possui para atender um universo de cidadãos muito mais vasto. Esse processo não é uniforme, atin-

gindo de forma mais intensa o setor da saúde do que educação, uma vez que as camadas de maior poder aquisitivo acessam tradicionalmente os serviços de saúde privados, enquanto parcela significativa ainda prefere a educação superior pública, o que oferece evidência relevante sobre a importância do desmonte do Estado para a expansão dos serviços privados sobre atividades que constitucionalmente deveriam ser de atribuição pública.

O processo de privatização e financeirização não se restringe à oferta privada de serviços tipicamente públicos, mas também abarca um poderoso mecanismo de acesso aos mercados financeiros, o que permite uma valorização de ativos acima do seu capital empregado na atividade e uma capitalização em patamares inexistentes aos capitalistas individuais. Está em marcha um processo de concentração e centralização de capitais que engendra a oligopolização privada, com agressivas fusões e aquisições de concorrentes.

Assim, esse ensaio possui três seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira procura mostrar que a expansão dos gastos públicos em relação ao PIB é recorrente em todo o mundo. A segunda seção mostrará o subfinanciamento da educação e da saúde no Brasil, tanto em relação aos países desenvolvidos como em comparação a alguns países latino-americanos. Já a terceira seção mostrará como a privatização e a financeirização permeiam a oferta de serviços privados em saúde e educação.

2. Aumento dos Gastos Públicos: uma jabuticaba brasileira?

Barbosa Filho e Pessoa (2014) mostram que houve uma redução da produtividade total de fatores (PTF) durante o Governo Dilma, com reduções na produtividade do capital e do trabalho. Segundo os autores, a redução na produtividade do capital teria sido decorrente do maior intervencionismo

do Governo Dilma. O aumento da intervenção teria sido decorrência ideológica de uma nova intervenção na economia que se consubstanciaria através de maiores intervenções no câmbio, maior tolerância com a inflação, utilização de artifícios para atingir os resultados fiscais, controle de preços administrados para reduzir a inflação, redução artificial das taxas de juros, expansão do papel do BNDES, desonerações seletivas e outras medidas intervencionistas.

No entanto, tal diagnóstico parece carecer de substância empírica em muitos aspectos. As maiores intervenções no mercado cambial ocorreram entre 2006 e 2011, período de maior dinamismo econômico, enquanto entre 2012 e 2014 houve uma ligeira redução das reservas internacionais. Segundo dados do Banco Central, as reservas internacionais se elevaram de US\$ 53,8 bilhões para US\$ 378,6 bilhões em 2012, mas caíram ligeiramente para US\$ 374,1 bilhões em 2014, o que contraria as afirmações de Barbosa Filho e Pessoa (2014).

Por sua vez, Almeida Júnior, Lisboa e Pessoa (2015) consideram que a crise brasileira de 2015/16 teria sido decorrência da crise fiscal e que esta teria sido causada não apenas pelo descontrole do gasto público após 2009, mas pela tendência estrutural de crescimento dos gastos públicos que se observa, segundo dados dos autores, desde 1991.

Os trabalhos de Barbosa Filho e Pessoa (2014) e de Almeida Júnior, Lisboa e Pessoa (2015) inspiraram a adoção da Emenda Constitucional 95/16, que congelou os gastos públicos em termos reais por 20 anos, uma regra fiscal com limitações à política fiscal sem paralelo no mundo. A inflexibilidade da EC 95 torna-se ainda mais anacrônica quando à luz da geração de regras fiscais adotadas desde a crise financeira de 2008, que privilegiam a flexibilidade para ajustar o nível de atividade ao ciclo econômico e os ajustes fiscais no médio e longo prazo (Gobetti, 2014).

Já Dweck e Teixeira (2018) analisam a política fiscal do 1º Governo Dilma (2011-2015). Em sua análise, esses autores consideram que houve inflexões importantes na política fiscal em decorrência da mudança no cenário fiscal e macroeconômico. Nesse sentido, o arcabouço fiscal herdado do Governo FHC teria passado a atuar de maneira a acirrar os conflitos distributivos dentro do orçamento e, posteriormente, atuando de forma pró-cíclica. Dweck e Teixeira (2018) fazem uma análise que vai além das receitas, despesas e evolução da dívida pública, incluindo a atuação das empresas estatais, bancos público, aportes financeiros e subsídios e desonerações pelo setor público.

Em relação ao resultado primário, os autores em tela apontam que a redução no patamar de resultado primário durante o Governo Dilma esteve mais impactada pelo comportamento das receitas primárias do que pelas despesas, que inclusive passaram a crescer mais lentamente, o que refuta a tese da "gastança" durante o governo da petista. Além disso, mostram que o comportamento da dívida pública bruta e líquida está relacionado com a redução do superávit primário, embora caiba frisar que a dívida líquida passou a crescer apenas em 2015 com a forte recessão daquele ano, duramente impactado pelo aumento nos juros e swaps cambiais e forte queda no crescimento PIB.

Além disso, como se sabe, os bancos públicos possuem papel relevante na oferta de crédito de longo prazo, utilizando-se de poupança compulsória de recursos do FAT, FGTS e fundos constitucionais. No entanto, o "funding" se mostrou insuficiente para ampliar a oferta de crédito quando o total de investimentos se aproximou de 20% do PIB, o que exigiu que o Tesouro Nacional realizasse empréstimos aos bancos públicos, com destaque para o BNDES. Neste sentido, os autores apontam semelhanças entre esses aportes e o *Quantitative Easing*, mas com a vantagem de gerarem inves-

timentos produtivos e não apenas recursos para a esfera financeira. Apesar disso, a expansão dos desembolsos do BNDES se expandiu mais fortemente no período 2007-2010, enquanto a expansão entre 2011 e 2014 foi modesta.

Apesar das preocupações de Barbosa Filho e Pessoa (2014) e de Almeida Júnior, Lisboa e Pessoa (2015) com o aumento dos gastos públicos ao longo do tempo, a literatura econômica internacional dentro do próprio *mainstream* mostra que esse fenômeno não é uma exceção, sendo comum o crescimento dos gastos públicos conforme a renda per capita aumenta. Wagner (1890) postulou que existe uma tendência ao crescimento do gasto público, o que implica maior participação proporcional dos bens públicos conforme aumenta a renda, o que ficou conhecido como lei de Wagner, ou lei dos dispêndios públicos crescentes.

Desde o século XX, diversos trabalhos empíricos buscaram testar a validade da lei de Wagner. Ram (1987) encontrou evidências da validade da hipótese de Wagner em 60% de sua amostra em séries temporais para o período de 1950-80, já as análises *cross-section* não obtiveram evidências estatísticas para nenhum dos subgrupos e para o total da amostra, embora o autor aponte as dificuldades de compatibilidade das estatísticas nacionais para esse tipo de mensuração e a insuficiência da amostra para o período. Anteriormente, uma série de trabalhos empíricos observaram a aplicação da lei de Wagner (Martin & Lewis, 1956) (Oshima, 1957) (Williamson, 1961) (Gandhi, 1970). No Brasil, diversos estudos buscaram verificar a validade da lei dos dispêndios públicos crescentes (Silva & Siqueira, 2014) (Cândido Júnior, 2001) (Bender Filho, 2019).

Neste texto, procuramos realizar uma comparação internacional para mostrar que a lei de Wagner não é uma idiossincrasia brasileira. Uma das dificuldades das comparações internacionais é a não-uni-

formidade das bases de dados. Pires, Orair e Gobetti (2021) mostram os problemas da aplicação dos dados estatísticos do Monitor Fiscal do FMI para o caso brasileiro. Essa base de dados inclui as despesas com o FGTS (incluindo saques dos cotistas) e PIS/PASEP como despesas públicas, ou seja, fundos privados de interesse público são registrados como despesas estatais. Ademais, os dados previdenciários são registrados com contribuições patronais do Estado, que constituem ao mesmo tempo despesa e receita do próprio Estado. Os dados do Monitor Fiscal objetivam analisar as mudanças na situação patrimonial do Estado, por isso não incluem os investimentos líquidos. Desta forma, gastos públicos que afetam diretamente a vida dos cidadãos não são incluídos como investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias, saneamento básico etc), novos hospitais, UPAS e escolas.

Pires, Orair e Gobetti (2021) realizaram um ajuste nesses dados para analisar a expansão dos gastos públicos nessa série iniciada em 2010. Os ajustes resultam numa redução substancial da expansão dos gastos públicos brasileiros no período 2010-2019, caindo dos 6,23 p.p. do Monitor Fiscal e STN para 4,34 p.p., e excluindo as despesas com juros a expansão seria de apenas 4,04 p.p.

A utilização dos dados do Monitor Fiscal para comparação internacional enfrenta outra dificuldade: como os dados são compilados das estatísticas nacionais produzidas pelos próprios Estados nacionais, há divergências metodológicas entre eles, que possuem defasagens na aplicação dos manuais mais recentes de estatísticas fiscais recomendados pelo FMI. Nesse sentido, o Brasil adota o Manual de Finanças Públicas do Fundo Monetário Internacional - FMI (Government Finance Statistics Manual 2014 - GFSM 2014) desde 2015 com dados a partir de 2010, o que dificulta a utilização desses dados para períodos an-

teriores devido a uma série de mudanças metodológicas havidas ao longo do tempo. Atualmente, a Secretaria do Tesouro Nacional realiza um trabalho para compatibilizar as metodologias e ampliar a série histórica, contudo este trabalho ainda não foi finalizado. Por isso, opta-se aqui nesse texto pelos dados apresentados pelo World Economic Outlook do próprio FMI, mas com dados elaborados pelo próprio Fundo e com metodologia própria, o que não inibe eventuais críticas, especialmente a incompletude dos dados de entes subnacionais.

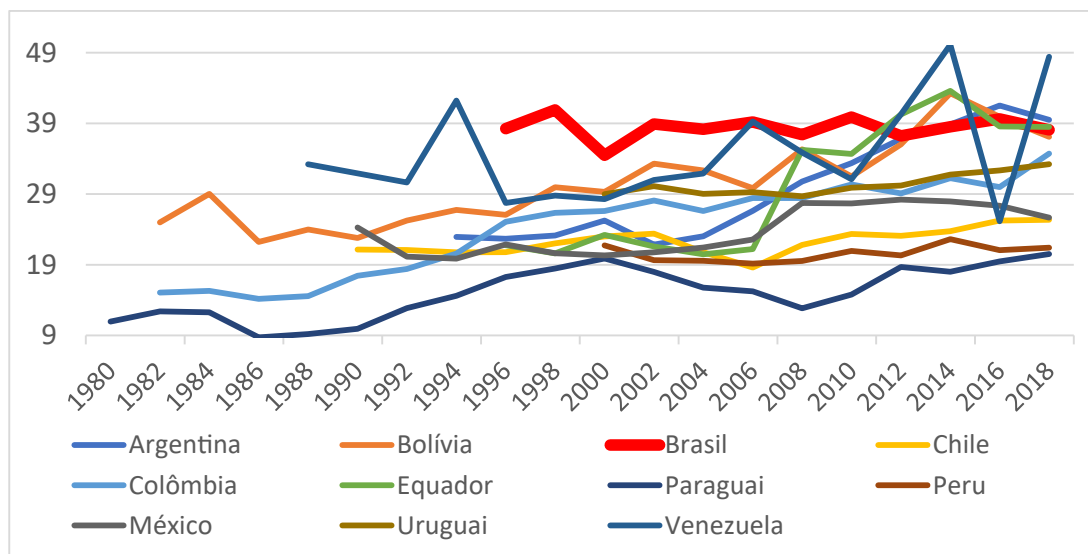
Em nosso trabalho, portanto, realiza-se uma comparação internacional a partir de 3 grupos: i) países latino-americanos, ii) BRICs e grandes países em desenvolvimento, e iii) países desenvolvidos. O objetivo é mostrar que apesar da lei de Wagner não poder ser considerada propriamente uma lei científica, no sentido de sua ine-

xorabilidade, a expansão dos gastos públicos como proporção da renda produzida é comum na economia mundial, incluindo economias periféricas altamente dinâmicas como a chinesa e a indiana. Assim, as preocupações de Barbosa Filho e Pessoa (2014) e de Almeida Júnior, Lisboa e Pessoa (2015) perdem o seu caráter de apontar um processo idiossincrático da economia brasileira, que necessariamente teria levado à redução de seu dinamismo e explicado a profunda recessão do biênio 2015/16, da qual até hoje o Brasil não se recuperou completamente. No período 1996/2018, houve inclusive uma redução de 0,161 p.p. dos gastos públicos totais em relação ao PIB., enquanto no período até 2014 o aumento do gasto público total foi bastante limitado (0,268 p.p.).

Tabela 1: Variação do gasto público (% PIB)

	Mais Antigo até 2018	1996-2018	1996-2014
Argentina (1993)	17,473	16,803	16,166
Bolívia (1981)	-9,608	11,047	17,209
Brasil (1996)	-0,161	-0,161	0,268
Chile (1990)	16,948	4,58	2,972
Colômbia (1982)	19,669	9,654	6,192
Equador (1995)	17,492	16,743	21,837
Paraguai (1980)	9,56	3,245	0,738
Peru (2000)	-0,315		
México (1990)	1,403	3,785	6,079
Uruguai (1999)	3,525		
Venezuela (1988)	15,211	20,691	22,389

Fonte: World Economic Outlook – FMI (2021) Elaboração Própria

Gráfico 1: Gasto público (% PIB)

Fonte: FMI (World Economic Outlook, 2021) Elaboração Própria

Os países latino-americanos apresentaram elevação da proporção dos gastos públicos totais em todos os casos analisados no período 1996/2014, enquanto o Brasil foi o único país que reduziu (embora ligeiramente) os gastos no período 1996/2018 (Tabela 1 e Gráfico 1). Para todo o período com dados disponíveis, a Bolívia apresenta uma queda de 9,6 p.p. nos gastos públicos desde 1981, mas que se deve sobretudo aos elevados gastos do exercício de 1981 (46,7% do PIB) e que foram substancialmente maiores do que a média dos anos 80 (27,24% do PIB). Outra exceção é o Peru, com uma pequena queda de 0,315 p.p. no período 2000/2018.

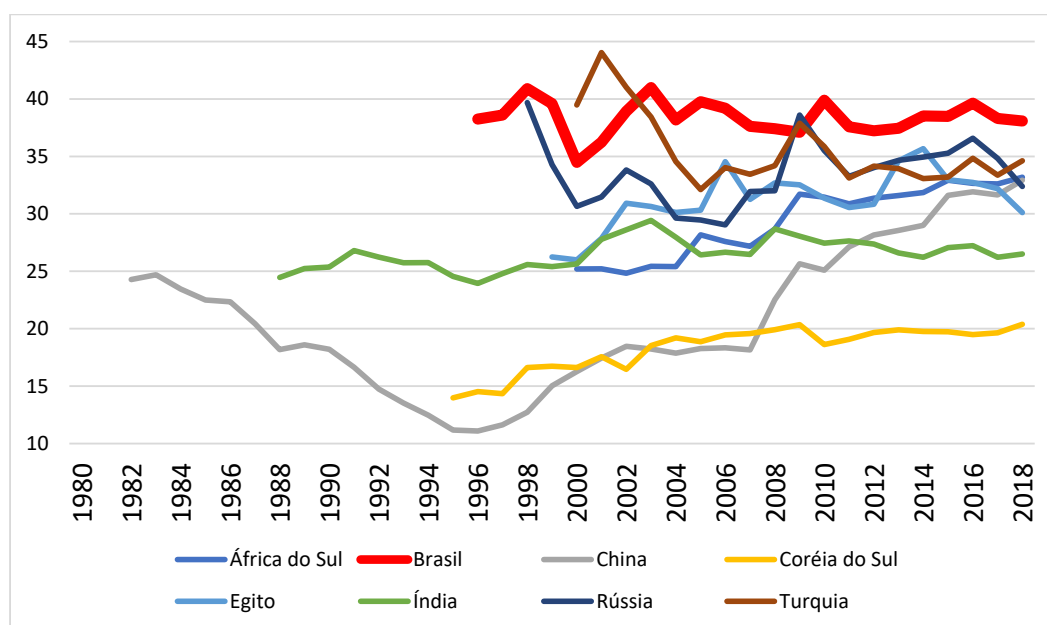
Em relação aos BRICs e aos grandes países emergentes selecionados, o aumento da proporção do gasto público em relação ao PIB também é comum, mesmo nos países com alto dinamismo econômico como a China, Coreia do Sul e Índia (Tabela 2 e

Gráfico 2). Os casos da Coreia e da China mostram um substancial aumento do gasto público, especialmente no caso da China que se ampliou 21,82 p.p. entre 1996 e 2018, mas que ganhou grande impulso após a crise financeira internacional de 2008 e a tentativa de mudar o eixo do desenvolvimento das exportações para a ampliação do mercado interno. Cabe ressaltar que a China registrou um período de redução do gasto público na economia até 1996 após as reformas de Deng Xiaoping, mas tal movimento foi revertido naquele ano e, desde então, o crescimento da economia foi extraordinário. Nesse grupo de países, as reduções do gasto público em relação do PIB podem ser observadas na Rússia e na Turquia, sendo importante observar que a Rússia, quando tem início a sua série em 1998, ainda estava vivendo o processo de desmonte do Estado soviético.

Tabela 2:Variação do gasto público (% PIB)

	Mais Antigo até 2018	1996-2018	1996-2014
África do Sul (2000)	7,985		
Brasil (1996)	-0,161	-0,161	0,268
China (1982)	8,651	21,832	17,898
Coréia do Sul (1995)	6,402	5,857	5,232
Egito (1999)	3,856		
Índia (1988)	2,052	2,565	2,276
Rússia (1998)	-7,301		
Turquia (2000)	-4,861		

Fonte: FMI (World Economic Outlook, 2021). Elaboração Própria

Gráfico 2: Gasto público (% PIB)

Fonte: FMI (World Economic Outlook, 2021). Elaboração Própria

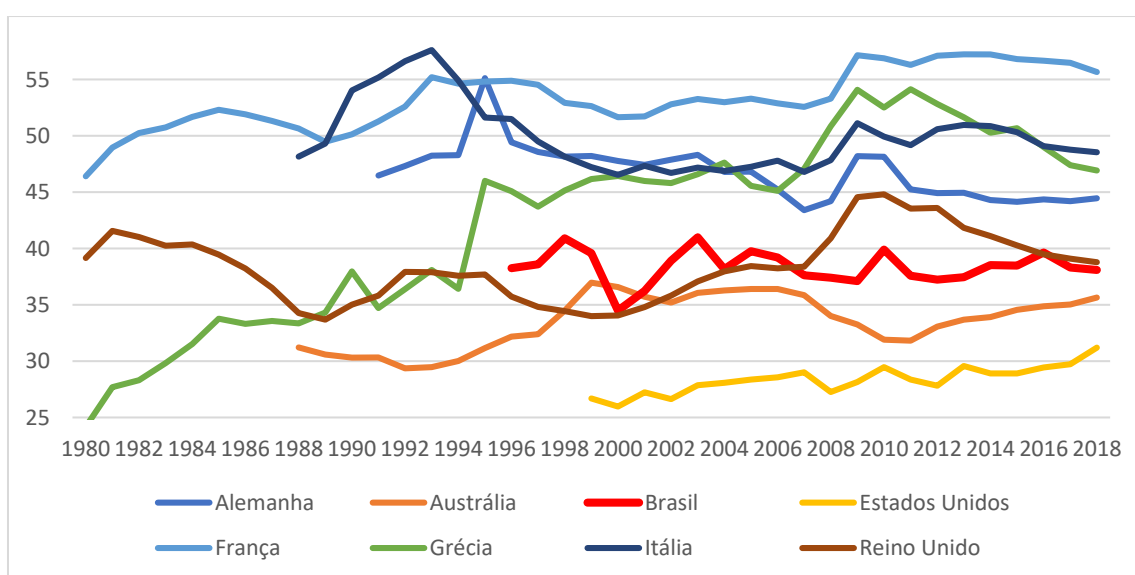
Os países desenvolvidos selecionados também apresentaram, em sua maioria, expansão da proporção dos gastos públicos em relação à renda, incluindo os EUA, país identificado com a retórica liberal e com um frágil sistema de proteção social (Tabela 3 e Gráfico 3). Até mesmo o Reino Unido, mesmo tendo passado pelo desmonte do Estado de bem-estar social durante o governo de Margaret Thatcher (1979-1990), reverteu praticamente toda a redução do Estado do período neoliberal. As exceções foram

a Alemanha, que teve os gastos públicos inflados no início da série pelas despesas decorrentes do processo de reunificação, e a Itália, que é caracterizada pela elevada volatilidade dos gastos públicos, que se expandiram fortemente no início dos anos 90, ano no qual começa a série brasileira e que serviu de base de comparação. Ainda assim, a Itália registrou despesas públicas substanciais, acima de 50% do PIB até 2015, quando passaram a registrar apenas um ligeiro declínio.

Tabela 3: Variação do gasto público (% PIB)

	Mais Antigo até 2018	1996-2018	1996-2014
Alemanha (1991)	-2,01	-4,961	-5,116
Austrália (1988)	4,431	3,469	1,742
Brasil (1996)	-0,161	-0,161	0,268
Estados Unidos (1999)	4,513	31,199	28,906
França (1980)	9,258	0,782	2,333
Grécia (1980)	22,741	1,836	5,19
Itália (1988)	0,385	-2,948	-0,633
Reino Unido (1980)	-0,375	3,058	5,372

Fonte: FMI (World Economic Outlook, 2021). Elaboração Própria

Gráfico 3: Gasto público (% PIB)

Fonte: FMI (World Economic Outlook, 2021). Elaboração Própria

Tudo somado, constata-se que o ponto central desta seção foi mostrar que a expansão dos gastos públicos em relação ao PIB é comum a diversos grupos de países, variando conforme as estruturas sociais e ideologias dominantes em cada sociedade e momento histórico. Se a expansão constante e substancial de gastos públicos em países como China, Índia e Coréia do Sul não levou ao colapso do desenvolvimento econômico, é impossível não perceber o caráter provinciano e insuficiente das análises de Barbosa Filho e Pessoa (2014) e de Almeida Júnior, Lisboa e Pessoa (2015) que transformaram uma constatação banal e comum a inúmeros países do mundo, em

problema peculiar da economia brasileira, mas sem apresentar um arcabouço conceitual consistente que explicaria uma suposta condição única.

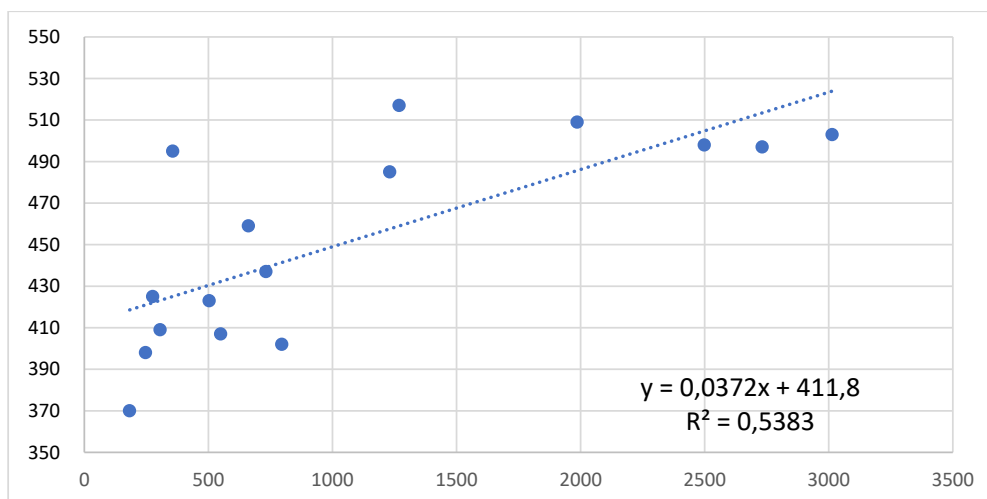
Conforme apontam Dweck e Rossi (2016), a EC 95 implica uma brutal redução da proporção do gasto público em relação ao PIB, o que implicará redução dos recursos aplicados em saúde e educação. Na próxima seção, mostraremos a gravidade dessa perspectiva, uma vez que tais setores possuem um enorme subfinanciamento em relação aos melhores serviços públicos prestados no mundo.

3. O Subfinanciamento do Estado no Brasil.

O senso comum considera que se paga impostos demais por serviços públicos de péssima qualidade no Brasil, o que é reforçado pela grande mídia e trabalhos de “*think tanks*” como Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT, 2013). De modo geral, utiliza-se a proporção do gasto público e da carga tributária em relação ao PIB para se afirmar sobre o “excesso” de impostos e a suposta ineficiência dos gastos públi-

cos, como se 40% do PIB da Alemanha e do Mali pudessem prover a mesma quantidade e qualidade de serviços públicos, independentemente do tamanho do PIB e da população que esses recursos mobilizam. Na verdade, as relações entre gastos com o PIB são muito mais medidas de esforços do que de recursos disponíveis. É como se uma pessoa sedentária pudesse obter o mesmo rendimento de um campeão olímpico de maratona caso ambos se esforcem na mesma medida durante uma prova.

Gráfico 4: Eixo Y = Nota Pisa em Leitura em 2015; Eixo X = Gasto per capita em educação



Fonte: A partir de dados da OCDE e Banco Mundial

No entanto, conforme gráfico de dispersão abaixo, as notas dos alunos no Exame Pisa da OCDE em leitura de 2015 possuem importante correlação com os gastos per capita em educação (0,73), o que oferece indícios de que é importante a quantidade investida em educação em cada cidadão, embora tal análise precise ser aprofundada com mais variáveis e maior amostra. Para este exercício, no entanto, foram selecionados os seguintes países e separados em 3 Blocos: i) Latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, México, Uruguai); ii) grandes emergentes (Coréia do Sul e Rússia); e iii) países desenvolvidos (Alemanha, Austrália, Estados Unidos, Itália e Reino Unido).

Nesse ponto, começa a se desnudar o ca-

ráter pernicioso da Emenda Constitucional 95, uma vez que os gastos públicos ficarão congelados em termos reais por 20 anos, impedindo que ele se acomode nos patamares necessários para prover a qualidade oferecida pelos países desenvolvidos, independentemente do crescimento da economia e da maior oferta de recursos na sociedade brasileira. Dweck e Rossi (2016) projetam que a EC 95 provocará a redução dos gastos em saúde e educação federais de 4% do PIB para 2,7% em 20 anos. Contudo, mesmo essa perspectiva sombria é improvável, pois os gastos primários chegarão a apenas 12,3% do PIB, dos quais 8,5% em previdência, ou seja, haverá profundos problemas no funcionamento das atividades mais essenciais da máquina pública.

Tabela 4: Gastos per capita em Educação - US\$ correntes

	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
América Latina					
Argentina	661,32	796,47	709,28	798,20	-
Bolívia	-	-	-	-	-
Brasil	720,51	550,09	549,96	627,54	-
Chile	694,08	661,78	734,72	812,88	-
Colômbia	375,65	276,09	262,85	289,22	299,41
Equador	335,50	306,14	-	-	-
Paraguai	-	-	182,90	-	-
Peru	246,63	247,25	236,61	263,81	258,43
México	574,93	503,45	429,31	420,07	-
Uruguai	-	-	732,29	838,44	872,12
Venezuela	-	-	-	-	-
BRICS e grandes emergentes					
Africa do Sul	-	341,57	313,36	374,88	392,58
China	-	-	-	-	-
Coréia do Sul	-	-	1.269,12	-	-
Egito	-	-	-	-	-
Índia	-	-	-	-	-
Rússia	565,78	357,06	327,34	502,77	-
Turquia	-	-	-	-	-
Países Desenvolvidos					
Alemanha	2.369,04	1.986,54	2.038,10	2.185,37	-
Austrália	3.228,54	3.014,45	2.636,87	2.768,53	-
Estados Unidos	2.732,17	-	-	-	-
França	-	-	-	-	-
Grécia	-	-	-	-	-
Itália	1.442,50	1.231,47	1.180,59	1.310,83	-
Reino Unido	2.655,36	2.498,87	2.228,43	2.196,50	-

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria

Tabela 5: Gastos per capita em Saúde - US\$ correntes

	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
América Latina					
Argentina	841,49	1.021,71	716,47	966,73	692,62
Bolívia	113,80	130,74	136,28	149,04	159,13
Brasil	448,04	335,49	344,28	391,70	353,54
Chile	546,77	541,16	581,74	685,52	740,01
Colômbia	410,50	329,11	310,95	347,85	367,50
Equador	283,69	259,75	256,74	271,01	268,42
Paraguai	193,44	170,89	167,62	171,88	175,21
Peru	203,39	195,65	199,89	215,52	231,10
México	327,45	295,61	257,14	263,78	260,17
Uruguai	1.005,59	962,12	1.014,14	1.152,57	1.160,21
Venezuela	240,93	300,48	238,95	314,00	122,94
BRICS e grandes emergentes					
Africa do Sul	273,82	251,70	229,70	266,67	284,28
China	209,89	234,77	229,71	247,81	282,68
Coréia do Sul	1.088,55	1.100,48	1.170,25	1.308,08	1.486,45
Egito	49,41	57,31	47,38	35,30	36,07
Índia	13,51	15,11	16,26	18,81	19,63
Rússia	455,77	292,45	264,76	330,93	362,10
Turquia	408,08	354,03	366,16	343,96	301,69
Países Desenvolvidos					
Alemanha	4.085,03	3.556,99	3.663,70	3.926,52	4.251,03
Austrália	3.774,33	3.315,09	3.410,27	3.654,97	3.747,03
Estados Unidos	4.530,34	4.811,91	4.977,19	5.130,77	5.355,79
França	3.526,99	3.046,71	3.099,93	3.243,37	3.441,17
Grécia	971,68	825,65	775,68	784,70	813,74
Itália	2.379,11	1.991,65	2.008,63	2.071,76	2.208,52
Reino Unido	3.794,27	3.584,39	3.268,36	3.162,26	3.392,09

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria

Tabela 6: Gastos per capita em saúde - US\$ PPP

	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
América Latina					
Argentina	1.266,94	1.404,38	1.127,65	1.380,89	1.221,78
Bolívia	243,45	296,39	316,61	332,68	353,06
Brasil	605,07	601,93	606,22	620,87	637,92
Chile	849,23	904,50	967,91	1.105,45	1.172,17
Colômbia	688,95	746,37	755,22	791,46	827,44
Equador	510,89	484,84	475,44	501,63	496,42
Paraguai	364,10	373,21	387,20	392,50	409,29
Peru	382,87	406,58	431,78	442,30	480,03
México	541,01	562,68	552,64	552,21	533,74
Uruguai	1.258,74	1.312,56	1.438,14	1.512,27	1.582,86
Venezuela	359,75	448,48	356,64	468,67	183,50
BRICS e grandes emergentes					
África do Sul	557,61	579,09	574,54	584,84	610,43
China	368,86	422,43	441,10	474,79	527,60
Coréia do Sul	1.314,63	1.451,90	1.580,91	1.696,33	1.878,60
Egito	157,38	182,39	187,00	204,86	176,44
Índia	48,67	56,55	62,52	68,76	74,16
Rússia	832,35	755,51	728,77	793,16	884,90
Turquia	808,61	828,62	890,98	913,89	905,98
Países Desenvolvidos					
Alemanha	3.998,92	4.121,15	4.306,25	4.608,75	4.737,33
Austrália	2.882,71	2.993,52	3.164,14	3.253,36	3.456,63
Estados Unidos	4.530,34	4.811,91	4.977,19	5.130,77	5.355,79
França	3.287,49	3.396,49	3.589,87	3.745,96	3.852,32
Grécia	1.196,81	1.222,11	1.166,97	1.184,70	1.215,32
Itália	2.421,20	2.430,71	2.542,06	2.633,90	2.677,77
Reino Unido	3.301,47	3.388,59	3.464,85	3.555,26	3.631,16

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria

Além disso, é importante termos claro que a educação e a saúde são subfinanciadas no Brasil, quando fazemos a comparação internacional em dólares nominais – ver Tabela 4, Tabela 5 e Tabela 6. No caso da educação, os valores em dólares correntes investidos estão abaixo de países como Argentina, Chile e Uruguai, embora sejam maiores do que Colômbia, Equador, Paraguai e México. Quando olhamos os melhores países em desempenho educacional, a diferença é gritante, o que aponta o longo caminho a ser percorrido para implantarmos um sistema educacional adequado. O gasto público per capita em educação no Brasil é menos da metade do investido pela Coreia do Sul e Itália e quase 1/3 em relação aos alemães e cerca de 1/4 dos EUA, que possui um insipiente sistema público de educação superior.

Em relação à saúde, o subfinanciamento é ainda mais grave, conforme dados das Tabela 5 e Tabela 6. O investimento público em saúde no Brasil é cerca da metade de países como Argentina, Chile e Uruguai, seja em dólares correntes

como em paridade de poder de compra (PPP). Quando comparamos com países desenvolvidos, o abismo, evidentemente, é maior. Em dólares correntes, o investimento per capita em saúde no Brasil é 15 vezes menor do que o ineficiente sistema público de saúde americano, 12 vezes menor do que o da Alemanha e quase 10 vezes menor que os sistemas franceses e ingleses. Mesmo em PPP, o Brasil investe per capita 8,39 menos do que os EUA, 7,42 vezes menos do que a Alemanha e quase 6 vezes menos do que França e Reino Unido.

Apesar do subfinanciamento em saúde e educação, não seria possível, como pensam muitos, um mero remanejamento nos gastos públicos do Estado para prover o adequado financiamento a essas áreas essenciais. Mesmo que o Brasil abra mão de investir em ciência e tecnologia, desenvolvimento regional, infraestrutura e outras áreas prioritárias, o gasto público total per capital é baixo em relação aos países que proveem os melhores serviços públicos, o que deixa pouco espaço para remanejamentos – ver Tabela 7.

Tabela 7: Gastos públicos per capita (US\$ mil)

	2014	2015	2016	2017	2018
América Latina					
Argentina	4,570332	5,267871	4,453553	5,032773	3,949398
Bolívia	1,235486	1,149707	1,01168	1,036739	1,032209
Brasil	3,956609	2,497272	2,683938	3,036933	2,796621
Chile	3,260138	3,09556	3,116003	3,43057	3,800268
Colômbia	2,361019	1,690037	1,607655	1,697324	2,010781
Equador	2,435407	2,046915	1,834	1,992422	2,232055
Paraguai	1,056084	0,999221	1,003411	1,042428	1,079911
Peru	1,470006	1,245286	1,161032	1,231624	1,360024
México	2,559783	2,260017	2,150025	2,288716	2,272957
Uruguai	4,789994	4,441479	4,45735	5,065248	5,323941
Venezuela	2,332421	2,078004	1,303689	0,695107	0,593096

BRICS e grandes emergentes					
África do Sul	1,773923	1,613597	1,505751	1,727031	1,845409
China	2,162671	2,329473	2,29095	2,453893	2,804528
Coréia do Sul	5,895211	5,821143	6,189413	6,900678	7,669176
Egito	0,858509	0,821979	0,74038	0,54066	0,533418
Índia	0,301383	0,318777	0,348367	0,393477	0,405967
Rússia	4,744065	2,952075	2,871435	3,577631	4,00285
Turquia	3,822127	3,504634	3,54018	3,315047	2,943413
Países Desenvolvidos					
Alemanha	21,55997	18,54018	19,17247	20,29066	22,14385
Austrália	20,90767	17,78688	18,10545	19,60248	20,12081
Estados Unidos	17,29204	17,96185	18,04628	18,4681	18,65449
França	23,78457	20,17227	20,34343	21,48986	23,00477
Grécia	10,03832	8,677873	8,973451	9,155052	9,710484
Itália	17,04244	14,4312	14,43746	14,9919	15,98774
Reino Unido	16,86523	16,0539	14,88532	14,80579	15,74489

Fonte: FMI. Elaboração Própria

Mesmo quando comparamos a países latino-americanos como Argentina, Chile e Uruguai, o gasto público per capita é substancialmente menor, embora seja ligeiramente maior do que o do México e bem maior do que os países andinos. Além disso, a diferença com os países desenvolvidos é enorme, assim como verificamos nos gastos com as áreas de saúde e educação.

4. A Privatização e a Financeirização dos Serviços Públicos.

O processo de subfinanciamento do Estado brasileiro permite a privatização e financeirização de serviços públicos que a Constituição Federal havia atribuído ao setor público como direito de todo cidadão brasileiro, notadamente saúde e educação. Mais recentemente, é possível verificar uma enorme expansão de conglomerados com ações negociadas em bolsas de valores nesses setores, onde a financeirização e o acesso a recursos dos mercados financeiros permitem a centralização e concentração de capitais em escala inédita na economia brasileira.

O processo de financeirização dos serviços públicos ocorre através da emissão de ações dessas empresas na Bolsa de Valores, o que permite a precificação dos seus ativos produtivos conforme as regras e a liquidez do mercado acionário. Conforme Hilferding (1985), a emissão de ações das sociedades anônimas transforma o capital produtivo em capital monetário. Enquanto um capitalista industrial se vincula permanentemente à empresa, com a única possibilidade de se desfazer desse vínculo através da venda de toda a empresa, o acionista é um capitalista monetário que pode dispor de seu capital a qualquer momento através da venda total ou apenas fracionária de sua participação.

Quando uma empresa emite ações, o capital acionário passa a ser mensurado conforme as perspectivas de evolução futura de lucros e juros, desvinculando-se do capital industrial originalmente investido. De modo geral, o valor acionário está acima do capital industrial investido, e esta diferença é denominada por Hilferding (1985) como sendo o "lucro de fundador". Por exemplo, um capital investido de R\$ 1 bilhão, pode

ser cotado nas bolsas de valores por R\$ 2 bilhões ou R\$ 3 bilhões, conforme as perspectivas de lucros e juros a futuro. Ademais, Hilferding (1985) afirma que as sociedades anônimas negociadas em bolsa possuem acesso privilegiado ao mercado bancário e de crédito, uma vez que seus riscos seriam menores do que para as empresas individuais.

No caso concreto brasileiro, a privatização e financeirização é mais avançada nos serviços de saúde, onde as classes altas e médias tradicionalmente utilizam os serviços do SUS apenas de maneira indireta através da formação de médicos de elite em faculdades e hospitais públicos de excelência, vacinação, vigilância sanitária, serviços médicos de alta complexidade ofertados de maneira incompleta ou de baixa qualidade pelos planos de saúde e a regulamentação dos serviços privados de saúde, especialmente os planos de saúde suplementar. Assim, as classes altas e médias já acessavam parte dos serviços de saúde de forma privada ou por meio dos planos de saúde.

No entanto, o processo de avanço do setor privado nos serviços de saúde avança sobre setores da classe média baixa e até mesmo nas classes baixas, seja por meio de planos de saúde populares, alguns contemplando apenas os serviços ambulatoriais, ou através de clínica populares ou serviços de descontos. Assim, embora esta parcela da população possa contar com algum conforto para acessar consultas e procedimentos laboratoriais de baixa complexidade, os serviços mais complexos e essenciais em momentos críticos da saúde não estarão disponíveis. Ou seja, o cidadão só perceberá a sua vulnerabilidade no acesso aos serviços médicos quando estiver realmente com a vida em risco.

Cabe ressaltar que o apoio do Estado é fundamental para a valorização privada das empresas de saúde, embora a maior parte do apoio estatal fique oculto aos cidadãos.

Parte das despesas privadas com saúde e planos privados são arcadas com a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, a formação dos melhores médicos ocorre em universidades e hospitais públicos e muitos tratamentos complexos e de alto custo são financiados pelo SUS em hospitais de excelência, sem a contrapartida dos planos de saúde para o tratamento de seus beneficiários. A saúde privada também é beneficiada pelos programas de vacinação e por campanhas de saúde pública, como as antitabagistas, que reduzem os custos do setor.

A privatização dos serviços de saúde fica evidente quando analisamos o caso do “Cartão de Todos”, com mais de 4 milhões de famílias beneficiárias e foco nas classes C e D. A empresa oferece uma série de descontos em serviços de saúde através de uma mensalidade de R\$ 25 para toda a família do beneficiário. Os preços de consultas com clínicos custam R\$ 24 e a de especialistas R\$ 32, além de oferecer até 35% de descontos para medicamentos em farmácias conveniadas.

Na Bolsa de Valores de São Paulo, as principais empresas do setor de saúde incluem as mais diversas atividades como hospitais, planos de saúde, farmácias, laboratórios de análises clínicas e outras – ver Tabela 8. Estas empresas possuem valor de mercado conjunto de R\$ 351,1 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 58,9 bilhões, o que mostra um expressivo lucro de fundador. Além disso, essas empresas possuem ativos de R\$ 144,6 bilhões – ver Tabela 9, mostrando a capacidade de atuação e de aquisição de concorrentes dessas empresas negociadas na bolsa.

Tabela 8: Principais empresas do setor de saúde listas na Bolsa

Empresa	Atuação
Rede D Or ON	Rede D'Or é a maior rede de hospitais privados do Brasil, com 51 unidades próprias, um sob administração e 32 projetos em desenvolvimento nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Maranhão, Paraná e Ceará e no Distrito Federal. Em dezembro de 2020, realizou o 3º maior IPO da história do mercado de ações brasileiro, arrecadando R\$ 11,39 bilhões.
Hapvida ON	Maior operador de planos de saúde do norte e nordeste e o terceiro maior do País em beneficiários. É proprietária de 26 hospitais e prontos atendimentos, 75 clínicas e 84 laboratórios.
Intermedica ON	Possui 4,8 milhões de usuários em seus planos de saúde e odontológicos. É proprietária de 21 hospitais, 75 centros clínicos, 10 unidades de medicina preventiva e 20 prontos-socorros.
RaiaDrogasil PNA	Rede de farmácias com mais de 1800 lojas. Ainda é proprietária das marcas Needs, B-Well, Triss, Caretech, Nutrigood e Le Pop.
Hypera ON	Fabricante de medicamentos e cosméticos.É proprietária da Farmasa, da Neo Química,da Mantecorp. Também criou a joint-venture BIONOVIS S.A.
Qualicorp ON	Empresa de comercialização de planos de saúde com mais de 2,4 milhões de saúde. Também é proprietária do Clube da Saúde, com foco em planos de baixo custo, da Aliança, especializada no setor público e da Gama Saúde, com planos de saúde pós-pagos. Apenas a Gama Saúde possui 585 mil beneficiários, conforme o site da empresa
Fleury ON	Empresa de medicina diagnóstica. Realiza anualmente cerca de 70 milhões de exames de análises clínicas e 5 milhões de exames por imagem
Odontoprev ON	Maior empresa de planos odontológicos do Brasil com 7 milhões de clientes.
Mater Dei ON	Maior rede de Minas Gerais de hospitais.
Pague Menos ON	3ª maior rede de farmácias do Brasil com 1100 lojas e 820 unidades da Clinic Farma.
Dimed ON	É proprietária da rede de farmácias Pannel, da distribuidora de medicamentos Dimed e do laboratório Lifar. Foco de atuação na Região Sul.
Ihparini ON	Laboratório de análises clínicas com 67 unidades próprias em Belo Horizonte/ MG e região metropolitana e 5 na cidade de São Paulo/SP, também presta serviços a outros 6 mil laboratórios independentes.
Profarma ON	Além da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos, é proprietária da Drogaria Rosário (maior rede do Centro-Oeste), Drogasmil, Farmalife e Drogarias Tamoio

Fonte: Infomoney. Elaboração Própria

Tabela 9: Maiores empresas de saúde listadas na bolsa (R\$ mil)

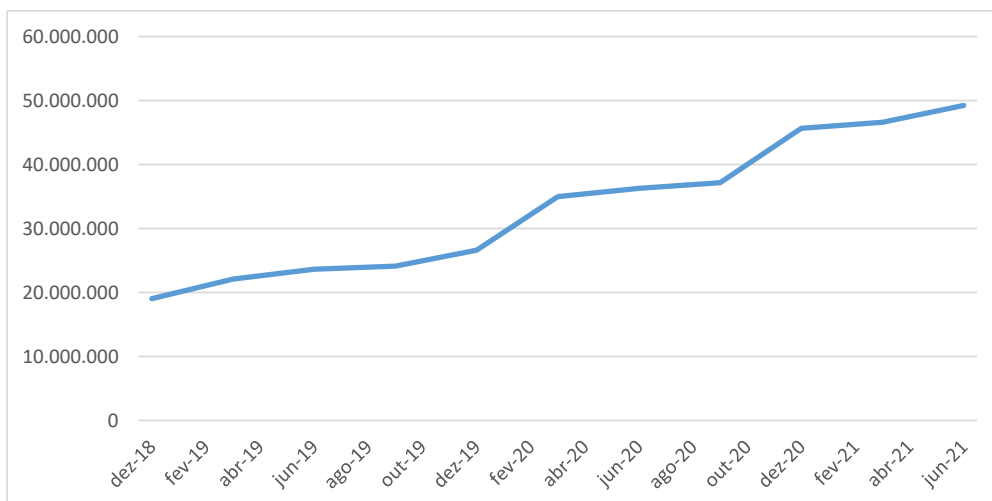
Empresa	Valor de Mercado	Ativos	Patrimônio Líquido	Receita Operacional Líquida
Rede D Or ON	136.089.417	49.243.455	15.868.187	17.914.474
Hapvida ON	59.327.379	17.305.814	10.661.787	9.125.471
Intermedica ON	52.226.347	17.460.102	7.201.059	11.609.684
RaiaDrogasil PNA	40.775.445	14.018.263	4.665.461	22.135.510
Hypera ON	21.785.956	18.554.968	9.589.328	4.901.586
Qualicorp ON	8.207.725	4.430.221	1.689.505	2.079.887
Fleury ON	8.200.851	5.319.636	1.757.007	3.628.612
Odontoprev ON	6.822.322	2.020.126	1.087.065	1.783.325
Mater Dei ON	5.957.858	2.449.311	1.485.343	
Pague Menos ON	4.982.698	5.696.302	2.043.751	7.284.181
Dimed ON	3.212.349	2.141.926	1.024.745	3.031.688
Ihpardini ON	2.663.640	2.068.472	817.431	1.926.760
Profarma ON	826.398	3.944.597	1.088.960	5.890.895
Total	351.078.385	144.653.193	58.979.629	91.312.073

Fonte: Economática. Elaboração Própria

A receita operacional líquida das maiores empresas de saúde da Bovespa foi de R\$ 91,3 bilhões nos 12 meses encerrados em 30 de junho de 2021. As despesas pagas para a função “saúde” no orçamento federal de 2019, o último ano sem os efeitos da pandemia de covid-19, foram de R\$ 114,2 bilhões. Em 2020, em decorrência dos gastos com a pandemia, os valores pagos com a função “saúde” chegaram a R\$ 150,5 bilhões. Desta forma, as receitas das empresas do setor representaram 79,9% dos valores pagos pelo Governo Federal em 2019 e 60,7% em 2020, mesmo com os gastos

extraordinários da pandemia.

A maior empresa do setor de saúde listada na bolsa é a Rede D’Or São Luiz. A análise de seus balanços mostra uma rápida expansão dos ativos que passaram de R\$ 19,03 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 49,2 bilhões ao final de junho de 2021 – ver Gráfico 5. A expansão da empresa é ainda mais significativa quando verificamos o cenário de estagnação, seguido por profunda recessão, em 2020, que a economia brasileira registrou no período.

Gráfico 5: Ativo Total Consolidado – Rede D´Or São Luiz- (R\$ milhares)

Fonte: Economática. Elaboração Própria

Além da capitalização através da oferta de ações na bolsa de valores, a expansão da Rede D´Or São Luiz é financiada através de empréstimos de longo prazo, que passaram de R\$ 9,01 bilhões ao final do exercício de 2018 para R\$ 17,05 bilhões no segundo trimestre de 2021, conforme dados da Economática.

Por sua vez, as empresas do setor de educação na Bovespa se concentram no ensino superior, conforme Tabela 10, embora existam aquelas que atuam no ensino fundamental e médio e escolas de idiomas.

É no ensino superior que a escala das empresas listadas em bolsa é mais relevante, enquanto o ensino médio é marcado por uma série de instituições confessionais e particulares tradicionais que operam apenas em âmbito local. No entanto, o ensino superior público de inquestionável qualidade é o destino preferencial dos alunos das classes altas e médias, o que limita o espaço de acumulação privada. Neste ponto, fica explícito como o desmonte da educação pública serve aos interesses privados de privatização e financeirização.

Tabela 10: Orçamento Federal para a Função Saúde

Ano	Função	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2019	10 – Saúde	114.303.393.148	122.623.766.937	127.072.209.030	125.990.834.983	115.765.610.412	114.182.505.319
2020	10 – Saúde	115.599.849.841	128.368.328.172	187.514.367.435	164.687.976.201	152.857.679.807	150.462.970.240

Fonte: Painel do Orçamento Federal

A presença marcante do Estado na educação superior não permite que as empresas privadas do setor tenham o mesmo desempenho daquelas ligadas à saúde. Na

maioria delas, o lucro de fundador é inexistente ou insignificante, ou seja, o patrimônio líquido é muitas vezes superior ao valor de mercado – ver Tabela 11.

Tabela 11: Principais empresas do setor de educação listas na Bolsa

Empresa	Atuação
Yduqs Part ON	Nova marca da Estácio Participações, a 2ª maior empresa de educação do Brasil. Em 2019, a Estácio tinha mais de 576 mil alunos matriculados.
Cogna ON ON	Antiga Kroton. Até 2019, a empresa possuía 158 unidades de Ensino Superior em 116 cidades brasileiras e 1.510 Polos de Ensino a Distância. Ainda oferece Ensino Preparatório através da LFG. É propriedade da UNOPAR, Anhaguera, Red Balloon e da Pitágoras.
Cruzeiro Edu ON	4º maior grupo privado de educação do país. Além da Universidade Cruzeiro do Sul, a companhia é proprietária da Unicid, a UDF, Módulo, Universidade Positivo e Braz Cubas. Em fevereiro de 2020, a empresa realizou sua Oferta Pública Inicial (IPO) (R\$ 1,23 bilhão).
Anima ON	Em agosto de 2019 registrava cerca de 115 mil alunos matriculados. É proprietária da Unimontes, Centro Universitário Una, UniBH, Universidade São Judas, Faculdade Politécnica de Uberlândia, Sociedade Educacional de Santa Catarina, de Joinville (SC), HSM, a HSM University, e a EBRADI (Escola Brasileira de Direito). Também possui os direitos da escola de culinária francesa La Cordon Bleu para o Brasil.
Ser Educa ON	Proprietária da Uninassau, Unama, Univeritas, Universidade de Guarulhos, entre outras. O Ser Educacional tem mais de 150 mil alunos matriculados em cerca de 60 unidades pelo País.
Bahema PN	Empresa originária do setor de comercialização de implementos agrícolas. Possui 10 escolas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco.

Fonte: Infomoney. Elaboração Própria

O Estado possui uma posição dúbia em relação às possibilidades da expansão privada na educação. Se por um lado, a oferta de vagas de qualidade em universidades públicas limita a expansão das empresas privadas, por outro lado, o sistema de financiamento público por meio do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e do Prouni (Programa Universidade para Todos) constituem fator fundamental da lucratividade dessas empresas, enquanto o encolhimento desses programas é parte importante para explicar a baixa lucratividade e valor de mercado nos anos recentes. Ademais, o baixo desempenho do mercado formal de trabalho é um empecilho para que os alunos

dessas universidades possam arcar com as mensalidades por longos períodos ou com a assunção de dívidas.

No entanto, o processo de privatização e financeirização dos serviços ocorre de maneira avançada, englobando ativos de R\$ 58,1 bilhões e receita operacional líquida de R\$ 13,8 bilhões. Assim, as receitas operacionais dessas empresas representam 47,3% dos R\$ 29,1 bilhões pagos pelo Governo Federal na subfunção “educação superior”, conforme Tabela 13. O mais grave é que as despesas desta subfunção estão se reduzindo mesmo em valores nominais ao longo do tempo, como resultado nefasto da EC 95.

Tabela 13: Orçamento Federal para a subfunção educação superior

Ano	Subfunção	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2019	364 - Ensino Superior	33.805.944.112	35.050.546.897	35.674.846.153	35.012.306.609	32.552.662.459	30.425.250.189
2020	364 - Ensino Superior	34.259.093.318	33.189.690.016	34.564.636.282	33.922.260.965	31.175.120.458	29.118.595.361

Fonte: Portal do Orçamento Federal

Além disso, o acesso ao mercado de capitais tem permitido que as maiores empresas do setor empreendam um relevante processo de concentração e centralização de capitais. Nesse sentido, o caso da Cogna (antiga Kroton) é ilustrativo da natureza desse processo. Em junho de 2007, os ativos totais da empresa chegaram a R\$ 119,25 milhões, enquanto em seu mais recente balanço esses valores estavam em R\$ 29,63 bilhões.

5. Considerações Finais

O Brasil adotou uma regra fiscal (EC 95) deletéria, que congelou os gastos públicos em termos reais por 20 anos a partir de 2016. O diagnóstico que a fundamentou apontara, erroneamente, que a crise econômica brasileira desde 2015 teria sido decorrência do aumento estrutural e explosivo dos gastos públicos desde a Constituição de 1988.

No entanto, como esse texto buscou demonstrar, a expansão dos gastos públicos em relação ao PIB está longe de ser uma idiosincrasia brasileira. Ao contrário, também esteve presente em países altamente dinâmicos economicamente como China, Índia e Coreia do Sul e, inclusive, em países desenvolvidos com estados de bem-estar social plenamente desenvolvidos.

A gravidade da EC 95 fica evidente quando verificamos o subfinanciamento de áreas essenciais como saúde e educação, o que ocorre com o Estado brasileiro como

um todo, situação decorrente do subdesenvolvimento e das diferenças de renda per capita com o mundo desenvolvido. Mas seja qual for a origem do problema, o fato é que são incomuns Estados que forneçam serviços públicos de qualidade com os atuais patamares de gastos públicos per capita do Brasil.

O subfinanciamento do Estado brasileiro tem permitido que o mercado ocupe parte das atividades que a Constituição Federal estabeleceu como direitos do cidadão. O processo de privatização e financeirização avança celeremente nos setores de educação e saúde, com destaque para este último onde estão as empresas com o maior valor de mercado. O acesso ao mercado de capitais constitui vantagem competitiva relevante das empresas desses setores, o que permite a concentração e centralização de capitais, com a formação de oligopólios privados. Contudo, o processo de subfinanciamento do Estado e privatização e financeirização possui contradições, o que fica evidente no caso das empresas de educação, que sofrem o impacto da redução do financiamento estudantil público e da fragilidade do mercado formal de trabalho.

Reverter tais processos é condição necessária, ainda que insuficiente, para que o país reconstrua capacidades estatais e infraestruturas críticas ao desenvolvimento da cidadania e da própria economia.

Referências

- Bender Filho, R. (jul/dez de 2019). Gasto Público e Crescimento Econômico: testando a hipótese da Lei de Wagner à economia. *Planejamento e políticas públicas*, 53, pp. 17-41.
- Cândido Júnior, J. O. (jun de 2001). Os gastos públicos no Brasil são produtivos? *Planejamento e políticas públicas*, 23, pp. 233-60.
- Dweck, E., & Rossi, P. (2016). Impactos do Novo Regime Fiscal na Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(12).
- Fundo Monetário Internacional. (2014). *Government Finance Statistics Manual*. Fonte: <https://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>
- Gandhi, V. (18 de March de 1970). Wagner's Law of Public EBpenditure: Do Recent Cross-Section Studies Confirm it? *INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT: Economics Department Working Paper No. 69*.
- Gobetti, S. W. (Dezembro de 2014). Regras Fiscais no Brasil e na Europa: Um Estudo Comparativo e Propositivo. *Textos para Discussão IPEA - nº 228*.
- Hilferding, R. (1985). *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural.
- IBPT. (2013). *Estudo sobre a Carga Tributária/PIB X IDH*.
- Martin, A., & Lewis, W. (September de 1956). Patterns of Public Revenue and Expenditure. *Manchester School*, pp. 203-44.
- Oshima, H. T. (June de 1957). Share of Government in Gross National Product for Various Countries. *American Economic Review*, pp. 381-90.
- Pires, M., Orair, R., & Gobetti, S. (05 de 01 de 2021). *Estimativa das despesas públicas para o período 2010-2019*. Acesso em 2021 de 01 de 25, disponível em Observatório de Política Fiscal: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/posts/estimativa-das-despesas-publicas-para-o-periodo-2010-2019>
- Ram, R. (May de 1987). Wagner's Hypothesis in Time-Series and Cross-section Perspectives: Evidence from "Real" Data for 115 Countries. *The Review of Economics and Statistic*, LXIX(2), pp. 194-204.
- Secretaria do Tesouro Nacional. (2020). *Despesas por Função do Governo Central: Classificação COFOG - 2019*.
- Silva, A. M., & Siqueira, R. B. (jul./dez. de 2014). Demanda por gasto público no Brasil no período pós-redemocratização: testes da hipótese de Mill de ilusão fiscal e da lei de Wagner. *Planejamento e políticas públicas*, 43, pp. 45-60.
- Wagner, A. (1890). *Finanzwissenschaft*. Leipzig .
- Williamson, J. G. (January de 1961). Public Expenditure and Revenue: An International Comparison. *Manchester School*, pp. 43-56.



FONACATE

Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

www.fonacate.org.br